

Sessão 18/09/2019

O Vereador Fabiel Zarth, do MDB, saudou a todos e disse querer falar inicialmente sobre o projeto de lei de número vinte e quatro, baixado em comissão, que trata da concessão de uso do ginásio municipal. Explicou que esse projeto ficou baixado para que pudessem ouvir o lado do ecônomo também, para não cometerem nenhuma injustiça com ambas as partes. Informou que tiveram a reunião da comissão na quarta-feira da semana passada, quando enviaram uma solicitação à administração para prorrogarem o contrato pelo menos até dia trinta de dezembro, como foi colocado na oportunidade, para que esse trâmite da licitação possa ser feito em janeiro, época de férias escolares e menos atividades do ginásio, mas não receberam nenhuma resposta. Salientou querer deixar claro e registrado que jamais houve birra ou picuinha, motivo político e muito menos foi feita tempestade alguma, como o excelentíssimo senhor prefeito municipal teve a infelicidade de falar na rádio no outro dia, após a última sessão. Disse que se eles não têm o direito de baixar um projeto para melhor analisar, então a Lei Orgânica e o Regimento Interno desta Casa devem ser modificados. Pediu somente um pouco mais de respeito e consideração com os Vereadores. Em relação ao projeto de número vinte e seis, que trata da autorização para a contratação de empréstimo junto a Caixa Econômica Federal, também baixado na comissão, explicou terem recebido o valor das parcelas com os respectivos juros na última quarta-feira da semana passada, uma semana após a entrada do projeto nesta Casa. Disse que todos sabem a atual situação econômica do Estado e do país, e, com certeza, preocupam-se muito com o município também, por isso precisam ter os pés no chão e tomar o cuidado para não comprometerem outros serviços essenciais, como a saúde, a educação, a agricultura e muito menos as próximas administrações que ficarão responsáveis por esses pagamentos. Quanto ao projeto de número vinte e oito, da questão das alterações salariais, falou que esses profissionais são tão merecedores quanto os demais servidores. Desta forma, sugeriu que seja feita uma reclassificação geral no quadro de vencimentos de todo o funcionalismo, incluindo um plano de carreira digno para os professores e monitores, que estão com os pisos salariais defasados também. Sobre a redução da carga horária das atendentes de creche e monitoras, explicou ser uma reivindicação de muito tempo já estabelecido em outros municípios, o que é justo, mas também é justo que seja revisto e reduzido pelo menos quatro horas dos funcionários que trabalham quarenta e quatro horas semanais expostos ao tempo, como é o caso dos operários, dos pedreiros, dos motoristas, dos operadores, das serventes e das merendeiras, assim como já é aplicado em outros municípios.